



CONSULTA PRÉVIA
“Aquisição de Seguro de Acidentes de Trabalho”
Processo n.º 25/CPR/JFA/2019

ÍNDICE GERAL DO PROCEDIMENTO

I – CONVITE

ANEXO I – Minuta da proposta, a que se refere a alínea a) do ponto 8 do Convite;

ANEXO II – Modelo de declaração, a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º do CCP e a alínea d) do ponto 8 do Convite;

ANEXO III – e Modelo de declaração, a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81º do CCP e a alínea a) do ponto 16 do Convite.

II – CADERNO DE ENCARGOS

I – CONVITE

CONSULTA PRÉVIA - PROCESSO N.º 25/CPR/JFA/2019

“Aquisição de Seguro de Acidentes de Trabalho”

Na sequência da deliberação da Junta de Freguesia de Alvalade, de 3 de junho de 2019, que tomou a decisão de contratar, nos termos e para os efeitos da alínea c) do n.º 1 do artigo 20.º, do n.º 1 do artigo 112.º e do n.º 1 do artigo 113.º, todos do Código dos Contratos Públicos (doravante CCP), a “aquisição de seguro de acidentes de trabalho - Processo n.º 25/CPR/JFA/2019”, venho pelo presente convidar V. Exas a apresentar proposta com vista à celebração de contrato de seguro de acidentes de trabalho para os trabalhadores em funções públicas da Freguesia de Alvalade na modalidade de prémio variável.

1. ENTIDADE ADJUDICANTE

1.1. A entidade pública adjudicante é a Freguesia de Alvalade, com sede na Rua Conde Arnoso n. 5-B, 1700-112 – Lisboa, com o telefone n.º 218 428 370, com o telefax n.º 218 428 399 e com o correio eletrónico geral@jf-alvalade.pt.

1.2. Todas as comunicações relativas ao Procedimento deverão ser efetuadas por escrito, através de carta enviada para a sede da entidade pública adjudicante, por telefax para o n.º 218 428 399 ou para o correio eletrónico geral@jf-alvalade.pt.

2. ÓRGÃO COMPETENTE

Nos termos consignados no n.º 1 do artigo 36.º do CCP, o procedimento iniciou-se com a decisão de contratar, a qual, foi autorizada pelo Órgão Executivo da Freguesia de Alvalade, por via da deliberação tomada, em reunião 3 de junho de 2019, pela qual se aprovou a respetiva despesa, as presentes peças procedimentais e delegou competências no Presidente.

3. FUNDAMENTO PARA A ESCOLHA DO PROCEDIMENTO

O presente procedimento de consulta prévia, com convite a três entidades, tem enquadramento na alínea c) do n.º 1 do artigo 20.º CCP.

4. OBJETO DO CONTRATO

4.1. O objeto da contratação ora pretendida consiste na aquisição de seguro de acidentes de trabalho para os trabalhadores em funções públicas da Freguesia de Alvalade na modalidade de prémio variável, nos termos previstos no Caderno de Encargos em anexo a este convite.

4.2. Os serviços de seguro de acidentes de trabalho para os trabalhadores em funções públicas têm o CPV 66512100-3.

5. DURAÇÃO DO CONTRATO

O prazo de execução do contrato é de 12 (doze) meses, com início em 1 de setembro de 2019 e termo em 31 de agosto de 2020.

6. ESCLARECIMENTOS E RETIFICAÇÃO DAS PEÇAS DO PROCEDIMENTO

6.1. Os esclarecimentos à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento são da competência da Junta de Freguesia de Alvalade, devendo ser solicitados pelos concorrentes, por escrito, no primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas.

6.2. No mesmo prazo, devem apresentar uma lista na qual identifiquem, expressa e inequivocamente, os erros e as omissões das peças do procedimento por si detetados, e que digam respeito a:

- a) Aspetos ou dados que se revelem desconformes com a realidade;
- b) Espécie ou quantidade de prestações estritamente necessárias à integral execução do objeto do contrato a celebrar; ou
- c) Condições técnicas de execução do objeto do contrato a celebrar que o Convidado não considere exequíveis.

7. PREÇO BASE

O preço base do procedimento é de € 40.000 (quarenta mil euros), acrescido IVA à taxa legal, e corresponde ao preço máximo que a Freguesia de Alvalade se dispõe pagar pela execução de todas as prestações que constituem o objeto do contrato durante o prazo de vigência do mesmo fixado no artigo 5.º do presente convite.

8. PROPOSTA

8.1. A proposta deve obedecer aos seguintes requisitos:

- a) Ser elaborada em conformidade com o modelo constante do Anexo I ao presente convite formulada e redigida em língua portuguesa;
- b) Indicar o respetivo preço em euros, expresso por algarismos e por extenso, excluindo os impostos aplicáveis;
- c) Ser assinada pela pessoa ou pessoas com poderes para obrigar o concorrente;
- d) Ser instruída com a declaração prevista na alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º CCP, elaborada em conformidade com o modelo constante do Anexo I ao mesmo diploma legal e que corresponde ao Anexo II do presente convite.

8.2. As propostas não serão objeto de negociação.

8.3. Não é permitida a apresentação de propostas variantes.

9. LOCAL, PRAZOS E FORMA DE ENTREGA DAS PROPOSTAS

Os documentos que constituem a proposta são apresentados diretamente através de correio eletrónico, através de carta ou através de fax, para os contactos identificados no Ponto 1.º do presente convite até às 17H00 do 10.º dia, após envio do convite.

10. ESCLARECIMENTOS SOBRE AS PROPOSTAS

10.1. O júri do procedimento pode pedir aos concorrentes esclarecimentos sobre as propostas considerados necessários para efeitos de análise e avaliação das mesmas.

10.2. Os esclarecimentos prestados pelos respetivos concorrentes fazem parte integrante das mesmas, desde que não contrariem os elementos constantes dos documentos que as constituem, não alterem ou completem os respetivos atributos, nem visem suprir omissões que determinam a sua exclusão nos termos do disposto na alínea a) do n.º 2 do art.70.º do CCP.

11. AUDIÊNCIA PRÉVIA

Elaborado o relatório preliminar, o júri procede à audiência prévia dos concorrentes para que num prazo de 3 dias, se pronunciem sobre o mesmo.

12. RELATÓRIO FINAL E ADJUDICAÇÃO

12.1. Efetuada a audiência prévia o júri elabora um relatório final fundamentado, no qual pondera as observações dos concorrentes efetuadas ao abrigo do direito de audiência prévia, mantendo ou modificando o teor e as conclusões do relatório preliminar, podendo ainda propor a exclusão de qualquer proposta se verificar, nesta fase, a ocorrência de qualquer dos motivos previstos no n.º 2 do art.146.º do CCP.

12.2. No caso previsto na parte final do número anterior, bem como quando do relatório final resulte uma alteração da ordenação das propostas constante do relatório preliminar, o júri procede a nova audiência prévia, nos termos previstos no artigo anterior, sendo subsequentemente aplicável o disposto no número anterior.

12.3. O relatório final, juntamente com os demais documentos que compõem o procedimento pré-contratual de consulta prévia, é enviado ao órgão competente para a decisão de contratar.

12.4. Cabe ao órgão competente para a decisão de contratar decidir sobre a aprovação de todas as propostas contidas no relatório final, nomeadamente para efeitos de adjudicação.

13. CRITÉRIO DE ADJUDICAÇÃO

13.1. A adjudicação é feita segundo o critério da proposta economicamente mais vantajosa para entidade adjudicante, na modalidade da avaliação do preço ou custo enquanto único aspeto da

execução do contrato a celebrar, nos termos do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 74.º do CCP.

13.2. A proposta considerada economicamente mais vantajosa será aquela que apresentar o preço mais baixo.

13.3. Em caso de empate, o desempate é feito por sorteio, a desenrolar presencialmente com os interessados, do qual será lavrada ata por todos os presentes.

13.4. No seguimento do descrito no número anterior, o Júri convocará os concorrentes com 2 (dois) dias úteis de antecedência, sendo comunicada a data, hora e local onde se realizará o ato de sorteio.

13.4. As propostas não serão objeto de negociação.

14. NOTIFICAÇÃO DA DECISÃO DE ADJUDICAÇÃO

14.1. A adjudicação é o ato pelo qual o órgão competente para a decisão de contratar aceita a única proposta apresentada ou escolhe uma de entre as propostas apresentadas.

14.2. A decisão de adjudicação é notificada, em simultâneo, a todos os concorrentes.

14.3. Juntamente com a notificação da decisão de adjudicação, o órgão competente para a decisão de contratar deve notificar o adjudicatário para:

a) apresentar os documentos de habilitação exigidos nos termos do disposto no artigo 81.º do CCP;

b) confirmar no prazo para o efeito fixado, se for o caso, os compromissos assumidos por terceiras entidades relativos a atributos ou a termos ou condições da proposta adjudicada.

14.4. As notificações referidas no número anterior devem ser acompanhadas do relatório final de análise das propostas.

15. DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

15.1. O adjudicatário deve apresentar, no prazo de 5 (cinco) dias a contar da notificação da adjudicação, declaração emitida conforme modelo constante do Anexo II do Código dos Contratos Públicos, correspondente ao Anexo III do presente Ofício Convite, e os restantes documentos previstos nas alíneas b), d), e) e i) do artigo 55.º CCP.

15.2. Caso sejam detetadas irregularidades nos documentos de habilitação entregues pelo adjudicatário será concedido um prazo adicional de 1 (um) dia útil destinado ao seu suprimento, conforme previsto no n.º 3 do artigo 86.º do CCP.

16. CAUÇÃO

De harmonia com o previsto no n.º 2 do artigo 88.º CCP, não é exigida caução.

17. APROVAÇÃO E ACEITAÇÃO DA MINUTA DO CONTRATO

JUNTA DE FREGUESIA DE ALVALADE

17.1. A minuta do contrato a celebrar, é aprovada pela JFA, e é notificada ao adjudicatário,

17.2. A JFA de contratar pode propor ajustamentos ao conteúdo do contrato, nos termos previstos no artigo 99.º do CCP.

17.3. Após a aprovação, a JFA notifica-a ao adjudicatário, nos termos do disposto no artigo 100º do CCP.

17.4. A minuta considera-se aceite pelo adjudicatário quando haja aceitação expressa ou quando não haja reclamação nos cinco dias subsequentes à respetiva notificação.

18. GESTOR DO CONTRATO

A Entidade Adjudicante, nos termos e para os efeitos do artigo 290.º - A do CCP, designa como gestor do contrato a Chefe da Divisão Administrativa a Exma. Senhora Dra. Sara Magalhães.

19. OUTORGA DO CONTRATO

O contrato resultante do procedimento será reduzido a escrito através da elaboração de um clausulado em suporte papel.

20. DESPESAS E ENCARGOS

Constituem encargos dos concorrentes as despesas inerentes à elaboração das propostas, bem como à celebração do contrato.

21. CONTAGEM DE PRAZOS

Os prazos de formação do contrato são contados nos termos do artigo 470.º do CCP.

22. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

Em tudo o que não se encontra especialmente regulado no presente Programa de Procedimento, aplicar-se-á o disposto no Código dos Contratos Públicos, e demais regulamentação deste.

P'lo Presidente,

Mário Branco

(Despacho n.º 173/2018, de 26 de abril)

ANEXO I

Minuta de proposta

[a que se refere a do ponto 8 do Convite]

_____ (*indicar nome, estado, profissão e morada ou firma e sede*), depois de ter tomado conhecimento do objeto do procedimento por Consulta Prévia para “Aquisição de Seguro de Acidentes de Trabalho” – Processo n.º 25/CPR/JFA/2019, a que se refere o Convite datado de _____, obriga-se a executar o objeto do procedimento, de harmonia com o Convite e o Caderno de Encargos, nas seguintes condições:

1 - Preço total – prémio total (12 meses) _____ (*em numerário e por extenso*), na modalidade de prémio variável, de acordo com o volume da massa salarial anual.

2 – A taxa comercial é de _____, a taxa de INEM é de _____ e a FAT é de _____.

3 – O preço em 1 indicado manter-se-á inalterado até final do contrato, porquanto não haverá lugar ao agravamento dos prémios durante os 12 meses de execução do contrato.

4 – O interlocutor, bem como a linha telefónica direta ou endereço eletrónico específico para apoio e esclarecimento de quaisquer dúvidas relacionadas com a execução do contrato.

Mais declara que renuncia a qualquer foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do respetivo contrato, ao que se achar prescrito na legislação portuguesa em vigor e aceita como competente para dirimir qualquer conflito relacionado com a execução de tal contrato o foro da comarca de Lisboa, com expressa renuncia a qualquer outro.

Data ____/____/_____

Assinatura _____

ANEXO II

DECLARAÇÃO DE ACEITAÇÃO DO CADERNO DE ENCARGOS

(a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º do CCP)

1 — [•], na qualidade de representante legal de [•], tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de “Aquisição de Seguro de Acidentes de Trabalho” – Processo n.º 25/CPR/JFA/2019, declara, sob compromisso de honra, que (a sua representada) se obriga a executar o referido CONTRATO em conformidade com o conteúdo do mencionado CADERNO DE ENCARGOS, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

2 — Declara também que executará o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo:

- a) [•];
- b) [•].

3 — Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido CONTRATO, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4 — Mais declara, sob compromisso de honra, que não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

5 — O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de proibição do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

6 — Quando a ENTIDADE ADJUDICANTE o solicitar, o concorrente obriga-se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar os documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do n.º 1 do artigo 55.º do referido Código.

7 — O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem

JUNTA DE FREGUESIA DE ALVALADE

prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

(Local), (data), [assinatura]

ANEXO III

Modelo de declaração

[a que se refere a alínea *a*) do n.º 1 do artigo 81.º do CCP]

1 — ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de ... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento de ... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que (a sua representada) não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

2 — O declarante junta em anexo [ou indica... como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados] os documentos comprovativos de que (a sua representada) não se encontra nas situações previstas nas alíneas *b*), *d*), *e*) e *i*) do n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

3 — O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local), ... (data), ... [assinatura].

II – CADERNO DE ENCARGOS

Consulta Prévia

“Aquisição de Seguro de Acidentes de Trabalho” Processo nº 25/CPR/JFA/2019

Capítulo I - Disposições Gerais

Cláusula 1.ª - Objeto

1. A presente consulta prévia tem por objeto a aquisição de uma apólice genérica de seguro de acidentes de trabalho para os trabalhadores em funções públicas do mapa de pessoal da Freguesia de Alvalade, na modalidade de prémio variável com base na massa salarial anual estimada nos termos do anexo I.

2. O seguro atrás referido deve contemplar as coberturas previstas na legislação em vigor, mais especificamente no Decreto-Lei n.º 503/99, de 20 de novembro, na versão atual, que aprovou o “*Regime jurídico dos acidentes de trabalho e das doenças profissionais no âmbito da Administração Pública*”.

3. Os serviços de seguro atrás identificados destinam-se à cobertura de acidentes de trabalho dos trabalhadores em funções públicas de acordo com a massa salarial anual constante do Anexo I do Caderno de Encargos, compreendendo relativamente a cada trabalhador, os seguintes riscos:

- a) Prestações em espécie, de natureza médica, cirúrgica, de cuidados de enfermagem, medicamentosa, tratamentos termais, de fisioterapia, de próteses, ortóteses e outras formas adequadas ao diagnóstico ou ao restabelecimento do estado de saúde físico ou mental e da capacidade de trabalho ou de ganho do sinistrado e à sua recuperação para a vida ativa; transporte e estada; ocupação em funções compatíveis com o respetivo estado, formação profissional, adaptação ao posto de trabalho e trabalho a tempo parcial;
- b) Prestações em dinheiro, remuneração durante o período de faltas ao serviço; subsídio por assistência de terceira pessoa; indemnização, em capital ou pensão vitalícia, em caso de incapacidade permanente; subsídio para readaptação de habitação e subsídio por situações de elevada incapacidade, igualmente em caso de incapacidade permanente; despesas de funeral e subsídio por morte do sinistrado.

Cláusula 2.ª - Contrato

1. O Contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e os seus anexos.

2. O Contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:

- a) Os suprimentos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
 - b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;
 - c) O presente Caderno de Encargos;
 - d) A proposta adjudicada;
 - e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.
3. Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.
4. Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo diploma legal.

Cláusula 3.ª - Prazo

1. O Contrato mantém-se em vigor pelo período de 12 meses, entre 1 de setembro de 2019 e 31 de agosto de 2020.
2. A data de produção de efeitos do Contrato a celebrar com o futuro adjudicatário ocorrerá a partir das 00:00 horas do dia 1 de setembro de 2019.
3. O Contrato deve ser executado em conformidade com os respetivos termos e condições e o disposto na lei, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da respetiva cessação.

Capítulo II - Obrigações contratuais

Secção I - Obrigações do adjudicatário

Subsecção I - Disposições gerais

Cláusula 4.ª - Obrigações principais do adjudicatário

1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, neste Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do Contrato decorrem para o adjudicatário as seguintes obrigações principais:
 - a) Prestação dos serviços de seguro contra acidentes de trabalho, nos termos da legislação em vigor;
 - b) Atendimento, por via de interlocutor qualificado, através de uma linha telefónica direta, para apoio e esclarecimento sobre eventuais processos de sinistro;
 - c) Não agravamento dos prémios de seguro durante os 12 meses de execução do contrato;

JUNTA DE FREGUESIA DE ALVALADE

- d) Fornecer formulários de participações de acidentes de trabalho em uso nos serviços do adjudicatário de imediato para o endereço eletrónico em uso na entidade pública contratante, logo que lhe sejam solicitados;
- e) Realização de todas as diligências que, por natureza, por exigência legal ou segundo o uso corrente, sejam considerados como preparatórios à presente prestação de serviços de seguros de acidentes de trabalho.

2. A título acessório, o adjudicatário fica ainda obrigado a recorrer a todos os meios necessários e adequados à prestação do serviço de seguros de acidentes de trabalho.

Subsecção II - Dever de sigilo

Cláusula 5.ª - Objeto do dever de sigilo

1. O adjudicatário deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa à Freguesia de Alvalade de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato, ao abrigo do preceituado na Lei da Proteção dos Dados Pessoais, aprovada pela Lei n.º 67/98, de 26 de outubro.
2. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.
3. Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo adjudicatário ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

Secção II - Obrigações da entidade pública contratante

Cláusula 6.ª - Preço contratual

1. Pela prestação dos serviços objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, a entidade pública contratante deve pagar ao adjudicatário o preço constante da proposta adjudicada.
2. O preço contratual referido no número anterior, inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída à entidade pública contratante.

Cláusula 7.ª - Condições de pagamento

1. O preço referido no número um da Cláusula Sexta será faturado em prestações mensais e sucessivas, sendo o prémio variável, de acordo com o volume da massa salarial mensalmente comunicada à adjudicatária.

2. Os pagamentos são efetuados nos prazos legais definidos na legislação em vigor relativamente ao pagamento de prémios de seguros, nomeadamente nos termos de Decreto-Lei n.º 72/2008 de 16 de Abril, contados da data da apresentação da respetiva fatura que se reporta ao mês imediatamente anterior, devendo as mesmas ser pagas no prazo máximo de 30 dias após a receção e aceitação pela entidade pública contratante das respetivas faturas, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva.
3. Em caso de discordância por parte da entidade pública contratante, quanto aos valores indicados nas faturas, deve este comunicar ao adjudicatário, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o adjudicatário obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.
4. Desde que devidamente emitidas e observado o disposto no n.º 1 da presente Cláusula a fatura é paga através de transferência bancária.

Cláusula 8.ª – Restantes obrigações

1. Constituem outras obrigações da entidade pública contratante utilizar os meios indicados na alínea b) do n.º 1 da Cláusula 4.ª deste CE, bem como dirigir-se ao interlocutor indicado pelo adjudicatário na respetiva proposta para:
 - a) Remeter mensalmente até ao dia 15 do mês seguinte a que respeitem, a folha de vencimento mensal dos trabalhadores em funções públicas;
 - b) Enviar quaisquer atualizações relativas à folha de vencimento mensal dos trabalhadores em funções públicas do mapa de pessoal da Freguesia de Alvalade que comportem alterações no volume da massa salarial anual,
 - c) Comunicar no mais curto espaço de tempo possível, quaisquer acidentes de trabalho sofridos pelos trabalhadores da Freguesia de Alvalade.

Capítulo III - Sanções contratuais e resolução

Cláusula 9.ª - Sanções contratuais

1. Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, a entidade pública contratante pode exigir do adjudicatário o pagamento de uma sanção pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento das datas e dos prazos de entrega dos elementos referentes ao contrato, até 20% do seu valor total.
2. Em caso de resolução do contrato por incumprimento do adjudicatário, a entidade adjudicante pode exigir-lhe uma pena pecuniária de até 20%.
3. As penas pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que a entidade pública contratante exija uma indemnização pelo dano excedente.

Cláusula 10.^a - Resolução por parte da entidade pública contratante

1. Sem prejuízo das indemnizações legais e contratuais devidas, a entidade pública contratante pode resolver o contrato nos seguintes casos:

- a) Incumprimento definitivo do Contrato por facto imputável ao adjudicatário;
- b) Cumprimento defeituoso, por parte do adjudicatário, das Cláusulas contratuais;
- c) Cessão da posição contratual ou subcontratação realizadas com inobservância dos termos e limites previstos na lei ou no Contrato;
- d) Se o valor acumulado das sanções contratuais com natureza pecuniária exceder o limite previsto no n.º 2 do artigo 329.º do CCP;
- e) Incumprimento pelo adjudicatário de decisões judiciais ou arbitrais respeitantes ao contrato;
- f) O adjudicatário se apresente à insolvência ou esta seja declarada judicialmente;
- g) Por razões de interesse público, devidamente fundamentado.

2. Nos casos previstos no número anterior, havendo lugar a responsabilidade do adjudicatário, será o montante respetivo deduzido das quantias devidas.

3. Sem prejuízo de outros fundamentos previstos no CCP e no Decreto-Lei n.º 72/2008, de 16 de abril, a entidade pública contratante pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o adjudicatário violar de forma grave e/ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem no âmbito do presente caderno de encargos.

Cláusula 11.^a - Resolução do contrato pelo adjudicatário

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o adjudicatário pode resolver o contrato quando qualquer montante que lhe seja devido esteja em dívida há mais de 30 dias ou o montante em dívida exceda 25% do preço contratual, excluindo juros.

O direito de resolução é exercido por via judicial, sem prejuízo do disposto no Código dos Contratos Públicos e no número seguinte.

2. Nos casos previstos no n.º 1, o direito de resolução pode ser exercido mediante declaração enviada à entidade pública contratante que produz efeitos 30 dias após a receção dessa declaração, salvo se este último cumprir as obrigações em atraso nesse prazo, acrescidas dos juros de mora a que houver lugar.

Capítulo IV - Resolução de litígios

Cláusula 12.^a - Foro competente

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Fiscal e Administrativo de Lisboa, com expressa renúncia a qualquer outro.

Capítulo V - Disposições finais

Cláusula 13.^a - Subcontratação e cessão da posição contratual

A subcontratação pelo adjudicatário e a cessão da posição contratual por parte deste, depende da autorização do contraente público, nos termos do Código dos Contratos Públicos.

Cláusula 14.^a - Comunicações e notificações

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, por correio eletrónico mencionado no contrato, ou, caso a mesma se mostre inviável, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.

2. Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte, só sendo a partir daí válida para efeitos do presente contrato.

Cláusula 15.^a – Contagem dos prazos

Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados.

ANEXO I

Massa salarial dos trabalhadores em funções publicas – ano 2018

Janeiro	112 242,13 €
Fevereiro	119 776,10 €
Março	118 964,04 €
Abril	120 750,51 €
Maio	123 696,21 €
Junho	212 022,00 €
Julho	122 260,53 €
Agosto	118 076,79 €
Setembro	114 978,37 €
Outubro	120 039,08 €
Novembro	210 474,29 €
Dezembro	119 278,14 €
Total	1 612 558,19 €